

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

weberianos, pelo contrário, inspirados no liberalismo (e que deram origem às teorias da estratificação social), as “classes”, os “grupos de status” e os “partidos” exprimiam diferentes formas de poder na sociedade e correspondiam a distintas formas de desigualdade (na economia, na sociedade e na vida política) numa sociedade plural.

Ao contrário da noção de “estrato” (ou status), que encerra um princípio gradualista (e de mobilidade individual), o conceito de “classe social” tem subentendida a ideia de barreiras estruturais e de conflito de interesses entre as diferentes classes. Para uns (os grupos dominantes e o discurso neoliberal), faz-se crer que as oportunidades são idênticas e acabam por ser reguladas através do mercado concorrencial: a sociedade reconhece os melhores e recompensa-os de acordo com seu mérito e talento. Para outros, a razão do enriquecimento e privilégio de uma classe é o empobrecimento e a exploração de outras classes (a classe trabalhadora e mesmo os excluídos e desempregados enquanto parte do “exército de reserva”).

O “precariado” emergente transporta um potencial identitário que poderá confirmar-se (ou não) enquanto sujeito político (ou movimento social), dependendo do acentuar das desigualdades, do nível de empobrecimento da “classe média” e da intensificação da crise e austeridade que hoje vivemos.

Elísio Estanque

Clientelismo

O Estado, tal como o pensamos na atualidade, é uma figura relativamente recente. Foi-se formando num processo de centripetação dos poderes disseminados pela sociedade. Nas sociedades tradicionais e no sistema político que as presidia, o clientelismo, com todo o seu cortejo de dependências pessoais, formava microssistemas autónomos de trocas e proteção muito fortes e alternativos ao próprio sistema estatal. Coexistiam, assim, diversas formas de ordens na comunidade doméstica, as quais, pensava-se, seriam tendencialmente incorporadas numa só comunidade política estatal oficial.

O que aconteceu foi que a predominância do paradigma estadualista proporcionou um quadro teórico onde prevalecia uma visão de unificação total de tais ordens, com a consequente racionalização da sociedade sob o monopólio da ordem estatal, bem como a separação nítida entre Estado e sociedade civil. Esta visão concorreu para que não fosse contemplada a

possibilidade real de um eventual pluralismo e sistemas contraditórios de ordens continuassem a subsistir.

Assim, no decurso da modernização das sociedades, deve constatar-se que muitas ruturas se operaram, mas muitas continuidades se podem manter. Entre elas, dependendo da cultura política vigente, formas de clientelismo. É que não foram totalmente abaladas as relações tradicionais, persistindo sub-repticiamente traços do sistema sociopolítico preexistente. Registou-se uma adaptação face ao novo sistema administrativo e à estrutura da política (vejam-se as listas eleitorais, a composição do parlamento e o funcionamento dos partidos). A diferença está em que os referidos microssistemas autónomos se encontram agora integrados e subordinados no interior do sistema político atual. E, com o acentuar da crise e a secundarização da ética e da autoridade do Estado português, o que podemos observar é uma maior proliferação do papel dos notáveis (incluindo políticos profissionais), da personalização do poder, das fidelidades pessoais e do uso pessoal dos recursos. Em suma, do clientelismo.

Fernando Ruivo

Coerência

Do ponto de vista etimológico, coerência é a qualidade daquilo que se mantém conexo ou inteiro. Inteira não significa rigidez, imobilismo ou teimosia, antes aponta para a capacidade de manter a fidelidade a um conjunto de princípios no seio de processos necessariamente dinâmicos de reinterpretação e adaptação a novos quadros de referência e ao devir das circunstâncias históricas. Assim, o essencial da definição do conceito joga-se no plano da ética e manifesta-se na defesa de valores fundamentais como, desde logo, o da dignidade do ser humano. A inflexibilidade de uma história única ou a recusa de pensar em alternativas não manifestam coerência mas, sim, as potencialidades repressoras e destrutivas de um pensamento hegemónico.

António Sousa Ribeiro

Colonialismo (e pós-colonialismo)

O colonialismo é um sistema de exploração de populações e recursos. O traço característico da moderna colonização europeia deriva do modo das relações de dominação, fundadas na ideia da inferioridade racial ou étnico-cultural do colonizado. A colonização gerou situações de profunda